



COLLOQUIUM

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA

VOLUME 9, NÚMERO 1, CRATO – CE, SETEMBRO DE 2024 - ISSN 2448 2722

SUBMETIDO EM: 04/07/2024 ACEITO EM: 02/08/2024 - SEÇÃO 1: ARTIGOS

A CONSTRUÇÃO DE SI PELA RETOMADA DO DISCURSO DO OUTRO: AS (AUTO)IMAGENS CONSTRUÍDAS POR BENEDITA DA SILVA (PT) E DAMARES ALVES (REPUBLICANOS) EM DISCURSO AOS EVANGÉLICOS

**The construction of oneself through the resumption of the other's
discourse: the (self)images constructed by Benedita da Silva (PT)
and Damares Alves (Republicans) in a speech to evangelicals**

Joserlândio da Costa Silva¹

 DOI: <https://doi.org/10.58882/cllq.v9i1.177>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0410433357637910>

Resumo: Este artigo analisa estratégias de construção discursiva das (auto)imagens de Benedita da Silva (PT) e Damares Alves (Republicanos) a partir do recorte de trechos dos discursos de ambas em dois eventos diferentes, o I Encontro de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores, realizado em abril de 2019 e um culto na Assembleia de Deus, ministério Fama, em Goiânia, em outubro de 2022. O trabalho está fundamentado em Bakhtin (2010), Charaudeau (2018) e Amossy (2019). Os resultados apontam que, em vários momentos, as oradoras retomaram o discurso cristão evangélico para construir a imagem de mulheres virtuosas, representantes da política ideal.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; política; evangélicos.

ABSTRACT: This article analyzes strategies for the discursive construction of the (self)images of Benedita da Silva (PT) and Damares Alves (Republicans) based on excerpts from these women's speeches at two different events, the 1st Meeting of Evangelicals of the Workers' Party, held in April 2019 and a service at the Assembly of God Church, Fama ministry, in Goiânia, in October 2022. Theoretically, the article is based on Bakhtin (2010), Charaudeau (2018) and Amossy (2019). The results indicate that, at various times, the speakers used to the evangelical christian discourse to construct the image of virtuous women, representatives of ideal politics.

KEYWORDS: speech; politics; evangelicals.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Língua Portuguesa e graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: joserlandio.silva@ifce.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As duas últimas eleições presidenciais no Brasil, em 2018 e em 2022, colocaram os evangélicos em evidência. Para além de outros motivos que possam ser apresentados, isso aconteceu, em boa medida, por conta da instrumentalização política desse público, operacionalizada, sobretudo, pelo ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro (PL) e por seus correligionários. Vale ressaltar, porém, que a instrumentalização da religião pela política não é recente nem exclusividade de algum político ou partido específico. A carta publicada aos evangélicos pelo então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na reta final do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, na qual ele assumia diversos compromissos com esses eleitores, evidencia que os interesses políticos sobre o público evangélico não são propriedade exclusiva de um único candidato ou partido político.²

A principal causa de tamanho interesse no voto dos evangélicos é o número crescente deles no Brasil. Atualmente, já somam mais de 42 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE divulgados a partir do censo de 2010. Eles são muitos. E, por isso, também não se pode cometer o equívoco de pensar que são homogêneos, uma vez que várias denominações, seguindo diferentes linhas teológicas dentro do movimento protestante, estão espalhadas pelo país.

Segundo Lopes (2018), as primeiras tentativas de implantação do protestantismo no Brasil ocorreram nos séculos XVI e XVII com a chegada de missionários reformados da França e da Holanda. Por diferentes fatores da sociedade daquela época, essas tentativas não lograram êxito. Somente no século XIX, o protestantismo histórico, ligado mais diretamente a nomes da Reforma Protestante do século XVI na Europa, instalou-se no Brasil através de igrejas protestantes

² O texto completo da carta pode ser lido em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-divulga-carta-aos-evangelicos-durante-reuniao-com-pastores-em-sp/> Acesso em 31/07/2024.



históricas, a exemplo das igrejas Metodista, Luterana e Presbiteriana. No início do século XX, depois da explosão do movimento pentecostal nos Estados Unidos, os primeiros missionários pentecostais chegaram ao Brasil e implantaram igrejas como a Assembleia de Deus. Na segunda metade daquele século, surgiu o movimento neopentecostal, representado por nomes como Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Valdemiro Santiago, fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, e R.R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Conforme Maia (2006), vários fatores, como a estrutura organizacional e a atuação junto a comunidades desassistidas pelo poder público, propiciaram a inserção dessas igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais e as neopentecostais, na esfera pública. Assim, a partir das duas últimas décadas do século passado, várias denominações pentecostais e neopentecostais começaram a lançar seus próprios candidatos ou a apoiar publicamente candidatos externos à comunidade religiosa. O lugar de culto, portanto, foi se transformando também em espaço político, no qual fiéis são orientados a votar em determinados candidatos, e estes, muitas vezes, usam os púlpitos de igrejas em épocas de campanhas eleitorais para pedir votos.

Neste trabalho, analisa-se um desses momentos em que uma igreja cedeu lugar à política na última eleição presidencial. No dia 08 de outubro de 2022, a então senadora eleita em primeiro turno, Damares Alves (Republicanos), que é evangélica e foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 até 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, participou de um culto na sede da Igreja Assembleia de Deus, ministério Fama, em Goiânia. Na ocasião, ela, ao lado de outros nomes como o da ex-primeira-dama Michele Bolsonaro, teve a oportunidade de usar o momento de culto para discursar e pedir



votos para o candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais.

Essa prática, como mencionado anteriormente, é comum a políticos que encontram espaço no movimento evangélico. Basta lembrar, por exemplo, que, no dia 08 de agosto de 2014, às vésperas da eleição presidencial em outubro, a então candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) discursou no Congresso Nacional de Mulheres das Assembleias de Deus, Ministério de Madureira, em São Paulo.³ Como a ex-presidente não se apresenta ao público como evangélica, optou-se, neste trabalho, por analisar, junto com o discurso de Damares Alves, o discurso da deputada federal Benedita da Silva (PT), ex-ministra da Ação Social durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). A deputada, junto com a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, discursou no I Encontro de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores, realizado entre os dias 05 e 06 de abril de 2019 em São Paulo. À semelhança de Damares Alves, ela também é evangélica.

A escolha pela análise dos discursos de Benedita da Silva e de Damares Alves se dá, portanto, pelas diferenças e semelhanças entre elas. Se, por um lado, são duas mulheres evangélicas que ocuparam e continuam ocupando cargos políticos importantes no Brasil, por outro lado, elas estão situadas em partidos e ideologias políticas opostos. Objetiva-se, pois, demonstrar que, apesar disso, as estratégias discursivas de ambas são bastante semelhantes quando se dirigem ao público evangélico.

Teoricamente, esse trabalho está fundamentado na perspectiva dialógica da linguagem apresentada em Bakhtin (2010), nas considerações de Charaudeau (2018) sobre o discurso político e no pensamento de Amossy (2019) sobre a

³ O evento completo com a fala da ex-presidente pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=dYAoEtKtBGc> Acesso em 31/07/2024.



construção de imagens de si no discurso. Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em três seções. Na primeira, são tecidas algumas considerações gerais sobre o discurso. Na segunda, apresenta-se um breve recorte a respeito do discurso político. Na terceira, são apresentadas as análises a partir do *corpus* selecionado.

1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO E SUAS INTER-RELAÇÕES

A partir da perspectiva de Bakhtin (2010), pode-se compreender que nenhum ato de discurso surge em um vazio axiológico. Uma palavra enunciada em um contexto sócio-histórico concreto já nasce partícipe de um duplo processo: por um lado, ela é resultado do tensionamento emotivo e volitivo com dizeres que lhes são anteriores. Por outro, ela será, também, o mote para outros dizeres do porvir, que a ela se juntarão para corroborá-la ou confrontá-la. Cada ato discursivo submete algum dado da realidade a uma nova entonação apreciativa, revestindo esse dado de uma nova roupagem discursiva.

Há de se considerar, assim, que não se pode falar em discursos isolados temporal e espacialmente uns dos outros. Um discurso isolado, enquanto tal, não se integra ao processo histórico do existir dos sujeitos. Todo discurso deve ser colocado em correlação com o mundo no qual se realiza a ação humana, estando intimamente ligado ao querer dizer de cada indivíduo. Assim, somente a determinação de uma interação e de mecanismos de condicionamento mútuo entre os discursos cria uma opção de abordagem adequada.

Nesse processo de interação e de condicionamento de um pelo outro, os discursos não possuem fronteiras estanques, afinal, retomando as palavras de Bakhtin (2010, p. 29) “este ou aquele ponto de vista criador, possível ou realizado de fato, só se torna necessário e indispensável de modo convincente quando relacionado com outros pontos de vista criadores”. Observa-se, pois, que, por



não se constituírem como blocos fechados, os discursos são atravessados uns pelos outros. Abstraídos das fronteiras, não se integram à rede dialógica que lhes dá vida, pois é nela que o discurso inscreve outros posicionamentos valorativos frente a algo já apreciado por sujeitos outros.

Assim, àquele que se propõe a analisar algum ato de discurso, se impõe a responsabilidade de considerar que este integra-se à própria dimensão do ser/estar dos sujeitos no mundo. Fora dessa compreensão, corre-se o risco de a análise se tornar superficial e insuficiente, uma vez que não se levará em conta o fato de que os discursos se relacionam com a realidade das pessoas, refletindo e refratando seus valores éticos, políticos, religiosos, dentre outros.

Percebe-se, pois, que os discursos surgem do embate entre forças centralizadoras e descentralizadoras oriundas das diferentes concepções de mundo dos sujeitos. Cada ato concreto de enunciação constitui um ponto de aplicação dessas forças, que se cruzam, muitas vezes, de maneira contraditória e tensa, acentuadas como atos de enunciações individuais. A língua, portanto, quando colocada em uso, está sempre preenchida por percepções ideológicas, pois cada falante imprime nela a sua visão de mundo.

Vale ressaltar, com isso, que entre um discurso e o seu tema, ou seja, aquilo sobre o que ele enuncia, existe uma arena permeada por discursos alheios sobre o mesmo objeto. Este, ao ser (re)tomado e (re)atualizado no projeto enunciativo de alguém, está sempre “desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele” (Bakhtin, 2010, p. 86). Outras orientações apreciativas e outros tons volitivos revestem esse objeto discursivo.

Assim, os discursos nascem e se atualizam pelo cruzamento de uns com os outros, participando de uma interação viva e, muitas vezes, conflitante. Utili-



zando a metáfora do raio, Bakhtin (2010) ilustra que os discursos refratam suas cores e suas luzes uns sobre os outros. É natural, portanto, ao ato de enunciação, que o sujeito opere uma orquestração de diferentes vozes inseridas em seu dizer, que pode ser demarcada através da paródia, da polêmica, da ironia, do falar alusivo etc. Seja por essas ou por outras formas de organização da plurivocidade que lhe é inerente, o discurso comporta um encontro de vozes com as quais são estabelecidas relações de consonância ou de dissonância.

Tal orquestração é observada, por exemplo, no discurso político, em que o sujeito que enuncia fundamenta sua fala em outras vozes de apoio ou lança-a como um contraponto à fala da oposição. Pode, ainda, ancorar o seu querer dizer em discursos alheios, que são próprios do público ao qual se dirige. Nas análises que se seguem neste trabalho, esses modos de organização do discurso serão observados de maneira mais clara. Antes das análises, porém, são válidas algumas considerações específicas sobre o discurso político. É o que se faz na seção a seguir.

2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO POLÍTICO

De acordo com Charaudeau (2018), duas ações estão intrinsecamente relacionadas para tornar possível o exercício do poder na política: *debater* e *fazer*. A primeira, movida pela linguagem, abriga o espaço de uma luta discursiva “no qual muitos golpes são permitidos” (p. 23). Uma vez inscrito nesse espaço, é necessário que o sujeito construa sua legitimidade. Por meio do *fazer*, espaço dominado pela ação, ele toma decisões e institui atos. De um espaço a outro, observa-se que a linguagem se funde à ação, ora sendo utilizada como instrumento de persuasão, ora como instrumento de decisão. Assim, é possível estudar a ação política pelo discurso, já que ambos são indissociáveis.



Charaudeau (2018) propõe que há diferentes lugares para a fabricação do discurso político, sendo que cada um possui seus próprios dispositivos. A depender de onde é fabricado, o discurso político pode se apresentar como um *sistema de pensamento*, como um *ato de comunicação* ou como um *comentário*. Enquanto *sistema de pensamento*, ele se apresenta como o fundador de um ideal para a política e serve de guia para as filiações ideológicas. Como *comentário*, o discurso não está diretamente voltado para uma finalidade política. Seu conteúdo é menos a ação do que a pessoa do político. Além de ser fabricado por comentaristas políticos profissionais, esse discurso frequentemente ocorre quando estamos entre amigos, familiares ou colegas de trabalho.

Neste trabalho, interessa, sobretudo, o discurso político que se apresenta como um *ato de comunicação*. Ele diz respeito mais diretamente aos protagonistas da ação política, cujo propósito geralmente é conquistar a adesão de um auditório para os seus projetos discursivos. É mais comum em ajuntamentos como reuniões de partido, marchas, comícios ou debates; nessas ocasiões, o político tende a construir imagens de si, usando para isso diversas estratégias.

Sobre a construção de imagens de si no discurso, Amossy (2019) afirma que a imagem que o orador constrói de seu auditório determina o seu projeto discursivo. Como parte desse projeto, a modelação do seu *ethos* acontece de acordo com as representações coletivas que assumem um valor positivo para o público. Assim, “o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público.” (p. 124).

Além de construir uma imagem do auditório, o orador também se vê como alguém cuja própria imagem o público já elaborou. Ou seja, há um *ethos* que se antecipa ao discurso, o *ethos* prévio, para o qual contribuem as mídias, o rumor público, o partido político a que é filiado etc. Assim, no momento em que tece seu



discurso, o orador pode trabalhar para “confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme as exigências de seu projeto argumentativo.” (Amossy, 2019, p. 125).

Quanto aos lugares que ocupam os parceiros no contrato de comunicação política, Charaudeau (2018) afirma que eles se distribuem em instâncias específicas. Primeiramente, é preciso distinguir a *instância política* de sua antagonista, a *instância adversária*. Essas instâncias ocupam o lugar de governança. Há ainda a *instância cidadã*, que ocupa o lugar da opinião, e a *instância midiática*, que ocupa o lugar da mediação.

Na *instância política*, encontra-se quem, no momento atual, tem o poder de tomar as principais decisões: Presidente da República, Ministros, Deputados, Senadores, Governadores etc. Para permanecer nesse poder, os ocupantes dessa instância buscam legitimidade, autoridade e credibilidade. E toda essa busca passa pelo discurso, que conta com a ajuda das mais variadas estratégias de persuasão e de sedução.

A *instância adversária* é movida pelas mesmas motivações da instância anterior. Ela, porém, não ocupa o centro do poder. Charaudeau (2018) afirma que ambas tentam persuadir os cidadãos, usando basicamente as mesmas estratégias discursivas para convencer o público de que o projeto de sociedade que cada uma propõe é o ideal. A diferença entre a *instância adversária* e a *instância política* é que a primeira, embora represente uma parcela da opinião cidadã, por não ocupar o atual espaço de poder, “é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é simetricamente retribuído” (p. 58).

Ambas as instâncias, portanto, mascaram suas verdadeiras intenções de se manter ou de chegar ao poder, pois afirmar-se explicitamente como alguém que o deseja pode produzir um efeito reverso daquele que se pretende construir.



Outro fato comum entre elas é que concorrem para lançar seus projetos discursivos sobre o mesmo público: a *instância cidadã*, que pode ser definida como “aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo” (Charaudeau, 2018, p. 58). Distante da homogeneidade, essa instância é marcada pela produção de discursos de reivindicação, interpelação ou de sanção para com as instâncias anteriores.

Nas análises da seção a seguir, é possível confrontar as estratégias discursivas tanto da *instância adversária* quanto da *instância política* e perceber que elas são praticamente as mesmas quando se trata da tentativa de persuadir o mesmo tipo de público da *instância cidadã*. Na retomada dos trechos dos discursos das oradoras, segue-se a ordem cronológica em que foram produzidos. O primeiro trecho citado é sempre do discurso de Benedita da Silva, que, na época do evento com os evangélicos em 2019, era oposição ao governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro. O segundo trecho retomado é sempre do discurso de Damares Alves, que ocupou o cargo de ministra desse mesmo governo, estando afastada apenas por força da lei eleitoral, uma vez que, para concorrer ao cargo de senadora, não poderia estar ocupando o cargo de Ministra de Estado.

3 - O DISCURSO POLÍTICO: RETOMANDO O(S) OUTRO(S) PARA LEGITIMAR A SI MESMO

De início, notamos que ambas as oradoras se integram ao discurso evangélico através de uma saudação própria desse meio: *A paz do senhor*. Trata-se de uma marca bastante característica desse discurso religioso. Assim, ambas se aproximam do seu público através da construção da imagem de mulheres espirituais, demonstrando que são pessoas de fé. A aproximação inicial com o público acontece, na fala da deputada Benedita da Silva, com a primeira palavra sendo dirigida a Deus em forma de agradecimento. No caso de Damares Alves, as suas



palavras iniciais reforçam uma tentativa de legitimidade que encontra eco no cargo de pastora. Percebe-se, pois, que a fala inicial das duas fundamenta-se em práticas discursivas comuns no meio evangélico. Observe-se:

Bom, agora oficialmente, bom dia a todos e a todas. A Paz do Senhor. Eu queria começar primeiro agradecendo a Deus. (Benedita da Silva).

Paz do Senhor, irmãos! Eu não vou falar como senadora eleita, nem como ex-ministra. Eu vou falar como pastora. (Damares Alves).

Embora tanto uma quanto a outra façam ressoar o discurso evangélico em suas falas, cada uma preserva determinadas singularidades que apontam para suas filiações partidárias e ideológicas. Observa-se que a deputada do PT usa o masculino e o feminino para se dirigir ao seu público (*todos e todas*), reivindicando, pelo discurso, o que pretende ser uma pauta inclusiva na linguagem por se considerar que a norma tradicional fere o princípio da inclusão de gênero. Essa tem sido uma discussão presente em diversos setores progressistas da sociedade, alinhados à esquerda política. Já a ex-ministra e senadora eleita Damares Alves preserva o masculino genérico como meio de se referir tanto a homens quanto a mulheres, marcando um distanciamento das alegadas pautas inclusivas de gênero, às quais não são reconhecidas como legítimas pelos políticos de direita.

Na sequência, ambas imprimem, no tom emotivo de seus discursos, palavras de acusação para descredibilizar os oponentes e construir para si e para seus aliados a imagem de políticos comprometidos:

[...] o reino do céu foi tomado à força. Que força é essa? É uma força espiritual, é uma força da justiça, é uma força da qual você vai buscar pra ti a energia necessária para enfrentar uma conjuntura totalmente injusta, uma conjuntura que tem lado, uma conjuntura que não olha para os pobres, que não olha para os negros, que não olha para as pessoas com orientação sexual diferente, que não olha para os indígenas, e nós vamos olhar de Gênesis à Apocalipse, nós vamos encontrar exatamente o que nós devemos fazer [...] (Benedita da Silva).



[...] Não tá fácil, irmãos. Não tá fácil. E acredite, não é uma disputa política que nós estamos vivendo nesses dias, é uma guerra espiritual [...]eu quero falar da luta espiritual que nós estamos passando [...] Irmãos, eu estive aqui em 2014, e desafiei essa igreja a vir numa grande luta comigo pra salvar crianças indígenas. [...] Os nossos senadores cristãos quando tentam aprovar a lei, a resposta que eles têm é que não tem clima político para aprovar uma lei para salvar a vida de crianças indígenas. Eu vou lá [no Senado] ajudar os irmãos ali a criar o clima político agora [...] (Damares Alves).

Observa-se que tanto uma quanto a outra realocam a discussão do plano terreno para o plano espiritual. Vale lembrar que, para o público evangélico, o reino espiritual é mais importante do que o terreno. Assim, as oradoras utilizam imagens comuns a esse meio, que se materializam através de determinadas metáforas, como *reino do céu* e *força espiritual*, para assumir, ao mesmo tempo, uma atitude denunciante e apresentarem-se como as representantes da política ideal. Para legitimar a si mesma, é necessário deslegitimar o adversário, apresentando-o como oposição ao *reino do céu*.

Nesse processo de construção da imagem de representantes da política ideal, ambas retomam e dialogam com discursos alheios próprios da esfera evangélica. A deputada do PT ancora seu discurso na narrativa bíblica (*de Gênesis à Apocalipse*), uma vez que, para o seu público, este é um discurso sagrado e inegociável. Assim, simultaneamente, ela constrói para si a imagem de uma mulher comprometida com a Bíblia e, indiretamente, atribui ao seu dizer o mesmo valor que os cristãos atribuem à narrativa das Escrituras.

Damares Alves, por sua vez, também constrói uma imagem positiva de si e de seus aliados através de uma adjetivação (*os nossos senadores cristãos*) retomando e, indiretamente, negando o discurso da oposição, a qual, segundo o seu dizer, alega *que não tem clima político para aprovar uma lei para salvar a vida de crianças indígenas*. Em tom de ameaça, ela constrói para si a imagem de mulher aguerrida alinhada ao cristianismo, que preza por uma política feita



sob os valores cristãos. O valor em evidência aqui é o de preservação da vida. Há, de maneira implícita, uma acusação à instância adversária de que essa instância não preza por esse valor, materializado aqui através da forma verbal *salvar*, carregada de significados caros ao cristianismo.

Em outros trechos seguintes, o diálogo estabelecido por ambas as enunciantoras com trechos bíblicos é ainda mais explícito:

[...] foi atribuído ao mundo evangélico a responsabilidade de, no segundo turno, ter elegido Bolsonaro. Mas o elegemos em cima de uma proposta como cuidar dos idosos e das viúvas como está aqui [referindo-se à Bíblia]? Não! Não foram essas as discussões que foram feitas, não foi feita a discussão que digno é o obreiro do seu salário, não foi em cima disso que votaram, e é por isso que nós estamos, enquanto militantes do partido dos trabalhadores, a levar essa boa nova [...] (Benedita da Silva).

[...] Nós tínhamos uma compreensão lá atrás que a violência contra criança, o assassinato de criança indígena, a violência doméstica, o assassinato de criança em área urbana era sacrifício às potestades, e nós temos essa compreensão! [...] e Bolsonaro se levantou contra todas essas potestades. A gente agora, como igreja, a gente tem aqui uma decisão para tomar, a gente vai continuar esta luta e tirar essas crianças da mão de Moloque ou nós vamos entregar essa nação? [...] (Damares Alves).

A deputada Benedita da Silva retoma abertamente três trechos bíblicos para corroborar o seu dizer. O primeiro trata-se da instrução dada pelo apóstolo Paulo para cuidar dos idosos e das viúvas (Cf. 1Timóteo 5:1-3); ao retomar essa instrução, ela faz referência, em tom de crítica, ao contexto da reforma da previdência, que estava em discussão naquele momento. A outra passagem retomada é a fala do apóstolo Paulo de que digno é o obreiro do seu salário (Cf. 1Timóteo 5:18). Ao retomar essa narrativa, ela faz alusão à reforma trabalhista, tecendo novas críticas. O último trecho bíblico com o qual ela dialoga é a orientação para anunciar as Boas Novas, que, para a tradição cristã, correspondem à pregação do Evangelho. (Cf. Atos dos Apóstolos 13:32). Com a retomada dessas passagens bíblicas, a oradora pretende se inserir em cenas de fala prototípicas do grupo ao qual



está se dirigindo, assegurando a construção da imagem de uma pessoa alinhada e conhecedora das Escrituras, que preza por uma política feita sob os ensinamentos de Jesus.

A ministra Damares Alves, por sua vez, também retoma o discurso religioso cristão, mantendo com este uma relação de consonância a fim de preservar a imagem de uma pessoa comprometida com os valores de seu público. Na Bíblia, a palavra *potestades*, por vezes, é usada para fazer referência aos seres celestiais que, segundo a narrativa sagrada, se rebelaram contra Deus (Cf. Efésios 6:12). Além disso, Moloque era um deus de nações pagãs cujos rituais de adoração envolviam o sacrifício de crianças (Cf. Levítico 20:2-5). Ao organizar o seu discurso e fundamentá-lo nesse conhecimento compartilhado pelo seu auditório, a oradora demarca para si uma posição de legitimidade e de credibilidade para as forças políticas que está representando. Ao argumentar que *Bolsonaro se levantou contra todas essas potestades*, ela eleva o seu líder político a uma posição messiânica, de combate espiritual, reforçando, para o seu público, a importância de reelegê-lo presidente. Caso contrário, a oposição, associada às forças espirituais do mal, tomaria conta da nação.

As enunciadoras, além de retomarem discursos com os quais mantêm uma relação de concordância, também orquestram vozes para estabelecer com elas uma relação de discordância, como se observa a seguir:

[...] Aí, portanto, o que nós fazemos não é por conta de nenhum comunista, como eles dizem, de nenhum bandido ou coisa dessa natureza, porque Ele [Jesus] se deteve no caminho dos chamados pecadores [...] Nós estamos com uma missão e podem deixar falar que a gente tá misturando Deus com partido político. Não! Nós estamos fazendo o que eles fazem do inverso do que nós lemos no Evangelho. [...] (Benedita da Silva).

[...] Isso aqui não é discurso político! Isso aqui é a fala de uma pastora que há 40 anos se arrasta pelo Brasil pra pedir à igreja pra salvar crianças. [...] “ah, mas eu sou crente, religião não combina com política”.



Pastores, a guerra é outra, não é política, é espiritual [...] (Damares Alves).

As duas oradoras trabalham aqui nas fronteiras entre o discurso que atribuem a outros e os seus próprios projetos enunciativos, ancorados no discurso religioso cristão. Ambas negam estar fazendo discurso político, pois no momento em que cada uma se inscreve, afirmar-se explicitamente como alguém que o faz pode produzir um efeito reverso daquele que elas pretendem construir. Observa-se, pois, que cada uma antecipa uma réplica ao seu dizer e lança respostas que possibilitam a construção da imagem de mulheres cristãs. Como afirma Bakhtin (2010, p. 89), “todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada”.

No trecho do discurso de Benedita da Silva, há a retomada de uma fala da oposição que valora negativamente o Partido dos Trabalhadores, associando-o ao Comunismo. Para invalidar esse discurso, a oradora apoia-se na narrativa do Evangelho de que Jesus andou com pecadores (Cf. Lucas 15:1-2). Entretanto, ao usar a narrativa do Evangelho como discurso de autoridade no qual se fundamenta, ela usa um modalizador discursivo (*chamados pecadores*), deixando assim subentendida uma outra interpretação da narrativa bíblica.

Damares Alves, estrategicamente, cria uma oposição entre o discurso popular de que religião e política não se misturam e a necessidade de proteger as crianças. Assim, em nome dessa proteção, ela nega esse discurso, retomando de maneira direta uma possível réplica para estabelecer com ela uma tréplica em tom de discordância. Essa estratégia de atribuir um dizer a outro sujeito e, na sequência, estabelecer com esse dizer retomado uma relação de discordância também pode ser observada no trecho a seguir:

[...] conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’, nós cansamos de dizer isso. Então não é essa a nossa tarefa. A nossa tarefa é dizer que



os trabalhadores trabalharam até agora e que eles têm direitos que uma reforma da previdência acaba, que a reforma trabalhista acabou os direitos dos trabalhadores e agora essa reforma, não vamos mais cuidar direito dos nossos idosos, que as nossas igrejas cuidam, dos egressos que as nossas igrejas cuidam, dos dependentes químicos, que nossas igrejas cuidam, da nossa juventude, que as nossas igrejas cuidam. Então, minhas irmãs e meus irmãos, eu quero ir nessa linha porque é nessa linha que a gente tem que colocar o Evangelho [...] (Benedita da Silva).

Aqui, a retomada de um falar alheio orienta o discurso da oradora em dois direcionamentos: primeiramente, ela dialoga com o discurso cristão, pois se trata de um conhecido versículo bíblico (Cf. João 8:32). Porém, além disso, esse versículo foi usado como *slogan* da campanha de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Assim, mais do que retomar um discurso cristão com o qual se estabelece uma relação pacífica, há a retomada de um discurso político, o qual está sendo negado.

Ao estabelecer essa negação, a deputada atribui um novo significado para a verdade (*a verdade que liberta*) e assume a posição de arauto dessa nova verdade, que estaria relacionada a um Evangelho de transformações majoritariamente sociais. Ao afirmar que não é mais tarefa sua repetir o versículo bíblico, a enunciadora trabalha na fronteira entre o discurso da instância política e o da instância adversária. O versículo retomado, de fato, não pode ser assumido completamente por ela, já que, naquele contexto, identifica seus adversários políticos. Por isso, a sua tarefa agora é assumir uma posição de denúncia e expor uma possível situação de perigo em que se encontrariam alguns grupos: os trabalhadores, os idosos, os dependentes químicos e os jovens. Ao final desse fragmento, ela direciona o que entende ser o caminho correto pelo qual conduzir o Evangelho, confirmando a construção da imagem de mulher comprometida com as verdades evangélicas.



Pelos trechos retomados dos discursos das oradoras, espera-se já ter sido demonstrado que, preservadas as diferenças ideológicas e partidárias, os discursos políticos, quando se pretende conquistar o voto dos evangélicos, se assemelham em seus formatos. Assim, a seguir, são apresentadas algumas considerações finais decorrentes das análises feitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas neste trabalho certamente não dão conta da complexidade que envolve a produção e circulação dos discursos políticos. No entanto, espera-se que tenha havido um avanço na compreensão de como esses discursos se estruturam quando têm como público os evangélicos. Seja na fala de um político de esquerda ou de direita, há a orquestração de vozes oriundas de diferentes lugares com as quais se estabelecem diferentes relações. O discurso da oposição é retomado para demarcar uma profunda relação de discordância. Já alguns dizeres que constroem a visão de mundo dos evangélicos são retomados para se estabelecer com eles uma relação de concordância e legitimar o orador, criando imagens positivas de si mesmo a partir da identificação com posicionamentos axiológicos de seu público.

Foi visto também que os discursos não estão desconectados da realidade concreta dos sujeitos em determinado espaço e em determinada época. À luz dessa verdade e das análises feitas neste trabalho, compreende-se melhor como, nos últimos anos, se construiu um cenário acentuado de polarização política no Brasil. O *modus operandi* de construção dos discursos políticos reflete e, ao mesmo tempo, acentua esse ambiente polarizado, pois cada sujeito que forma a *instância política* e a *instância adversária* joga com valores éticos que são caros aos sujeitos da *instância cidadã* e que se integram à sua própria razão de ser e de estar no mundo.



Descortinar esse processo de produção dos discursos políticos é uma tarefa necessária, pois isso tem potencial de ajudar cada indivíduo a sair de suas bolhas políticas/ideológicas pelo menos para efeitos de compreensão de como esse cenário polarizado se constrói discursivamente. Talvez fique mais evidente que o cruzamento de percepções ideológicas e a orquestração de diferentes vozes no discurso político atendem, sobretudo, aos interesses político-partidários.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____ (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. O Discurso no Romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BÍBLIA SAGRADA NVI. Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

HOFFMANN, Gleisi. **I Encontro de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo. Facebook, 05 de abril de 2019. 02h05min. Disponível em: <https://www.facebook.com/gleisi.hoffmann/videos/aovivo-acompanhe-o-primeiro-encontro-de-evang%C3%A9licos-do-pt/1038496516335650/> Acesso em 03/07/2024.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico de 2010. Brasil: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107> Acesso em 03/07/2024.



IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS – MINISTÉRIO FAMA. **Transmissão online de culto**. Goiânia. Youtube, 08 de outubro de 2022. 1h58min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FVhvf6iSMpg> Acesso em 03/07/2024.

LOPES, Hernandes Dias. **Panorama da história cristã**: as intervenções de Deus na história. São Paulo: Hagnos, 2018.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. **Em tese**. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 91-112. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13538/12403> Acesso em 03/07/2024.

